



Alexandre Ramagem depõe em comissão da Câmara quando era diretor-geral da Abin. Folha/Imagem Câmara

## PGR suspeita de corrupção de Ramagem no comando da Abin

Hoje deputado, ex-diretor afirma ter acionado PF para obter informações

Thaís Oliveira e  
Fábio Serapiao

**BRASÍLIA** A PGR (Procuradoria-Geral da República) cita a suspeita de que Alexandre Ramagem, diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) no governo de Jair Bolsonaro e cotado para disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro, se corrompeu para evitar a divulgação de informações sobre o uso irregular do software espião durante sua gestão. Informações sobre a atuação de Ramagem, amigo pessoal da família Bolsonaro, foram usadas pelos investigadores para delatar a Operação Última Milha, em 22 de outubro, quando a Polícia Federal prendeu oficiais da agência e servidores foram afastados. Todos são suspeitos de participação na compra e uso do FirstMile, software capaz de monitorar a geolocalização de aparelhos celulares. Ramagem, hoje deputado federal pelo PL, não foi alvo da ação, mas é citado no inquérito relatado pelo ministro Alexandre de Moraes do STF (Supremo Tribunal Federal). Procurado, Ramagem afirmou, por meio de sua assessoria, que representou na Polícia Federal "para obter informações sobre as questões abordadas na reportagem. O uso do FirstMile veio à público após o jornal O Globo revelar que dois servidores da Abin envolvidos em suposta fraude licitatória no Exército

citaram a utilização da ferramenta pela agência no processo em que seriam denunciados. Os dois servidores foram presos na operação da PF e denunciados no mesmo dia. Eles são suspeitos de coerção ao usar o conhecimento sobre o uso do software espião para evitar a denúncia em um processo disciplinar interno. A dupla era investigada internamente por atuar em uma licitação do Exército em nome de parentes. Eduardo Izycki e Rodrigo Colli, diz a PGR, "sientes o uso indevido do sistema FirstMile para fins alheios à missão institucional da Abin provocaram o ex-diretor-geral, Alexandre Ramagem, a retardar o julgamento do PAD 23/2019". O ex-diretor, segundo a PGR, teria convertido o julgamento em diligência, nomeando nova comissão processante, e tentando de submeter as conclusões da primeira comissão ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, responsável por apreciar e decidir sobre esses casos. "Há indícios de prática de corrupção ativa de Eduardo Izycki e Rodrigo Colli e de corrupção passiva pelo ex-diretor-geral da Abin Alexandre Ramagem".

**Procurador-Geral da República** em análise sobre participação de Ramagem no caso do software espião no governo Bolsonaro

ramagem o ex-diretor-geral, Alexandre Ramagem, a retardar o julgamento do PAD 23/2019". O ex-diretor, segundo a PGR, teria convertido o julgamento em diligência, nomeando nova comissão processante, e tentando de submeter as conclusões da primeira comissão ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, responsável por apreciar e decidir sobre esses casos. "Há indícios de prática de corrupção ativa de Eduardo Izycki e Rodrigo Colli e de corrupção passiva pelo ex-diretor-geral da Abin Alexandre Ramagem".

Sobre a compra e uso do software, a PF diz que Ramagem está entre os responsáveis por ações e omissões e faz parte do "núcleo da alta gestão", integrado por policiais federais lotados em cargos de assessoramento e direção na Abin no governo Bolsonaro. "A potencial ciência e participação dos então responsáveis pela gestão da Abin ga-

verno de Michel Temer, em 2018, passando pelo uso e as tentativas de evitar a apuração interna resultaram no monitoramento de diversas pessoas sem relação com o trabalho da Abin entre 2019 e 2021. Para a PF, os fatos apurados apontam para a "apropriação indevida da Abin por parte dos altos gestores, em sua maioria policiais federais, com o fim de reduzir o órgão ápice do sistema brasileiro de inteligência a instrumento para fins ilícitos". A PF afirma que desde o início a Abin sabia do caráter invasivo do software e de sua capacidade de invadir a rede de telefonia nacional. Para os investigadores, já na proposta comercial, a empresa vendedora informou o uso pela ferramenta de "estrutura de telefonia no exterior (SST) para simular chamadas em roaming, inclusive valendo-se de envios de SMS Spoofing, resultando na manipulação dos sinais da rede de telefonia". O Estado brasileiro, portanto, efetuou o pagamento de R\$ 3 milhões para empresa estrangeira realizar ataques sistemáticos à rede de telefonia nacional para comercializar dados pessoais sensíveis que resultaram na disponibilização da geolocalização de diversos cidadãos brasileiros sem qualquer ordem jurídica", diz a PF. Entre os alvos, a PF cita professores, advogados, políticos e outros, sem dar nomes. Em outubro, a Abin afirmou que a ferramenta deixou de ser usada em maio de 2021, e que colabora com a PF e o STF desde o início das apurações. A PF também decidiu investigar o Exército depois que a Folha mostrou que a instituição havia adquirido o sistema.

### Entenda operação sobre a Abin

**De que forma o sistema era usado?** A PF descobriu que o software espião FirstMile teria sido utilizado nos três primeiros anos do governo Bolsonaro sem nenhum protocolo oficial ou autorização judicial contra jornalistas, políticos e adversários do ex-presidente. A suspeita é que servidores da agência tenham usado o software de geolocalização para invadir "viterações vezes" a rede de telefonia e acessar os dados de localização dos alvos.

**O que se sabe sobre o FirstMile?** A Abin adquiriu o programa 2018, no fim da gestão de Michel Temer, por R\$ 5,7 milhões e sem licitação. A ferramenta permite rastrear os dados de GPS de qualquer pessoa pelos dados transferidos de seu celular para torres de telecomunicação, apenas digitando o número da pessoa que deseja acompanhar, realizando consultas de até 10 mil celulares a cada 12 meses.

**Qual a relação de Lula com a Abin?** No início do mandato, Lula decidiu transferir a Abin ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional) para a Casa Civil, a ideia surgiu durante a transição, quando a equipe do petista se incomodou com a composição da pasta na gestão Bolsonaro. O general Augusto Heleno estava à frente do ministério até o ano passado.

### EXPRESSION DE OPINIÃO

## NOTA DO SETOR PRODUTIVO

O setor produtivo, representado pelas entidades empresariais da agropecuária, do comércio, da indústria, dos serviços e dos transportes, recebeu com surpresa e desconformismo as medidas de aumento de tributação anunciadas no final de 2023 e a forma como foram efetivadas, por meio da MP 1202, sem diálogo prévio com as entidades e em oposição a posições recentemente tomadas pelo Congresso Nacional.

A MP 1202 renege a folha de pagamentos de 17 setores da economia, limita o uso de créditos tributários decorrentes de decisões judiciais definitivas para pagamento de tributos federais e revisa o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Todas essas medidas aumentam o ônus tributário que recai sobre o setor produtivo, principal e fundamental gerador de riquezas e empregos que levam ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Além de equivocada do ponto de vista econômico, a MP 1202 anula decisões recentes do Congresso Nacional, que por duas vezes em 2023 decidiu pela manutenção da desonerção da folha de pagamento, tendo sido derrubado o veto da Presidência da República, numa demonstração inequívoca da vontade política.

A renegação da folha de pagamentos aumenta o custo de empregar no Brasil e prejudica ainda mais a competitividade da indústria e do comércio, que já enfrentam concorrência desigual com as importações, em especial com o comércio eletrônico internacional, que não paga os mesmos tributos pagos pelo setor produtivo nacional. Uma situação que já nos impõe a necessidade de questionarmos judicialmente tal equívoco. E que, se revertida, se converterá em uma grande oportunidade para, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação federal e garantir a justiça tributária entre a produção nacional e as importações.

O setor produtivo entende a importância de se buscar o ajuste das contas públicas, mas que a economia possa crescer de forma sustentável. No entanto, o que temos observado é o aumento das despesas do setor público e a busca do equilíbrio fiscal com o aumento contínuo do déficit. O ônus do ajuste não pode cair apenas sobre o setor produtivo. O setor público precisa dar sua contribuição, reduzi-la e tornando mais eficientes as suas gestões. Esperamos que o próprio governo reconsidere o envio da MP 1202. E, caso não seja esse o entendimento, que o presidente do Congresso Nacional possa devolver a MP.

As entidades que representam o setor produtivo consideram que o diálogo é o único caminho para que as políticas públicas cumpram seus objetivos. O crescimento econômico e o equilíbrio fiscal são objetivos de toda a nação. Para alcançá-los, é preciso a participação de todos na busca das convergências e das entendimentos. O setor produtivo está comprometido com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.



## Governador de Santa Catarina nomeia seu próprio filho para chefiar Casa Civil

Cauê Fonseca

**PORTO ALEGRE** O governador de Santa Catarina, Jorginho Melo (PL), nomeou nesta quarta (3) o seu filho Filipe Melo para a Secretaria da Casa Civil. Ele assume o cargo de Estêvão Soratto (PL), que retornou ao posto de deputado estadual. O motivo da troca é a intenção de Soratto de concorrer à Prefeitura de Tubarão em outubro. Embora pudessem ocorrer até abril, conforme a lei eleitoral, Jorginho e Soratto anteciparam a troca.

A nomeação de Filipe, que é advogado e já havia sido indicado por Jorginho para a secretaria estadual no governo de Raimundo Colombo (PSD) e na Prefeitura de Florianópolis, já era dada como certa nos bastidores do gover-

no da Assembleia desde dezembro. Mesmo sem cargo, o novo chefe da Casa Civil atua na articulação do governo com o Legislativo. A nomeação do filho para o primeiro escalão não é ilegal. Conforme entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2008, os cargos de secretário são considerados nomeações políticas e não obedecem à lei antinepotismo, que proíbe nomeações de cônjuges e parentes de até terceiro grau dos gestores para cargos públicos. Na ocasião, o STF se debruçou sobre o caso da nomeação do irmão de Roberto Requião, então governador do Paraná. A assessoria do governador catarinense publicou nota reiterando a ausência de impedimentos para a indicação de Fili-

